



O DESEJO FEMININO DE NÃO MATERNIDADE

Jocieli Helia Carelli

Caxias do Sul, 2019

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES
CURSO DE PSICOLOGIA

O DESEJO FEMININO DE NÃO MATERNIDADE

Trabalho apresentado como requisito parcial
para aprovação na disciplina Trabalho de
Conclusão de Curso II, sob orientação da
Profa. Dra. Tânia Maria Cemin.

Jocieli Helia Carelli

Caxias do Sul, 2019

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial vai para a professora Tânia, pela paciência e dedicação ao longo do processo de construção desse trabalho.

Ao meu querido marido Cristiano, pela paciência, pelo apoio, e por estar ao meu lado durante todos os momentos difíceis.

Aos meus pais, Nelcir e Helia, meus irmãos Jeverson e Giovan, minhas cunhadas Kelen e Ketlen, pessoas fundamentais em minha vida que sempre deram seu apoio, e a minha linda afilhada Elisa, que com seu sorriso alegrava em todos momentos árduos.

As minhas amigas Desirée, Marina e Rafaela, que foram pessoas essenciais em minha formação, seu apoio e carinho fizeram a diferença. E a todas as pessoas que pude conhecer e conviver ao longo de minha trajetória acadêmica, colegas, professores e funcionários, com vocês aprendi muito além do que uma graduação poderia ensinar, ensinamentos que levarei para a vida, e lembranças que jamais esquecerei.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
OBJETIVOS.....	9
Objetivo Geral.....	9
Objetivos Específicos.....	9
REVISÃO DA LITERATURA.....	10
Breve contextualização da evolução histórica do papel da mulher na sociedade e à maternidade.....	10
Aspectos fundamentais acerca do desejo e da maternidade, segundo a psicanálise.....	16
MÉTODO.....	20
Delineamento.....	20
Fontes.....	20
Instrumentos.....	21
Procedimentos.....	22
Referencial de análise.....	22
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
Categoria 1: Contexto da época, costumes e tradições.....	26
Categoria 2: Necessidade de imposição para atender aos próprios desejos.....	29
Categoria 3: Auxílio na reflexão enquanto sujeitos desejantes.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. *Categorias* 24

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema o desejo feminino de não maternidade. Na atualidade, um número crescente de mulheres tem vivenciado a não maternidade, constituindo um fenômeno importante de ser estudado. Considerando estes aspectos, surgiu o interesse em se proceder uma investigação deste tema, sob a ótica da psicanálise, com o objetivo de compreender o lugar do desejo feminino. Desse modo, como objetivo geral, o trabalho busca identificar possíveis repercussões do desejo da mulher vivenciar a não maternidade, frente à imposição sócio histórica. Nesse universo, pretende-se contextualizar, brevemente, a evolução histórica do papel da mulher na sociedade; caracterizar a maternidade em relação às funções e atribuições; e apresentar aspectos fundamentais acerca do desejo e da maternidade, segundo a psicanálise. Para a composição deste estudo, e para que tomasse a configuração desejada, foi utilizada uma pesquisa qualitativa, buscando aporte teórico capaz de fornecer subsídios necessários para a mesma. Adotou-se a estratégia de Análise de conteúdo, a partir do filme: O sorriso de Monalisa (Dirigido por Mike Newelle, escrito por Lawrence Konner e Mark Rosenthal), compreendendo este como um artefato cultural que relata a história de uma professora de artes, que busca despertar nas mulheres questionamentos sobre as escolhas da vida. A protagonista vive marcantes conflitos individuais, e precisa escolher entre a vida amorosa e o trabalho. É julgada por não ser casada, e é vista como subversiva pelas alunas e professores por questionar costumes e tradições da época. Dentro da visão tradicionalista, retratada na década de 50, não havia meios da mulher conciliar seu lado profissional com o lado esposa e dona de casa, uma escolha importava em renunciar a outra. Assim elencou-se as seguintes categorias de análise: Contexto da época, costumes e tradições; necessidade de imposição para atender aos próprios desejos; e auxílio na reflexão enquanto sujeitos desejantes, as quais foram discutidas integrando aspectos teóricos da revisão de literatura, utilizando-se a estratégia de emparelhamento. O estudo realizado teve como objetivo geral, identificar possíveis repercussões do desejo de mulher vivenciar a não maternidade, frente à imposição sócio histórica e foi de uma forma ou de outra representado nesse trabalho de conclusão de curso. Foi possível perceber as influências e mecanismos presentes no desejo feminino de não maternidade e as implicações neste contexto envolvidas.

Palavras-chave: psicanálise; maternidade; desejo; feminilidade.

INTRODUÇÃO

As mulheres, desde sempre, sofreram pressões sociais no sentido de terem filhos, sendo a maternidade uma de suas principais funções biológicas, assim, o seu destino estava traçado para casar e procriar. Entretanto, do ponto de vista social isso foi se modificando ao longo da história, mobilizando ambivalência dos seus sentimentos. De um lado está o desejo de buscar a sua realização a partir de oportunidades da vida e de outro a mítica em torno da maternidade (Badinter, 1985).

Na antiguidade, o papel da mulher sempre esteve associado à maternidade, concepção essa que vem se modificando com a maior inserção do papel feminino na sociedade. Segundo Patias e Buaes (2009), no século XVII, a mulher tinha o papel de gerar um filho, mas não de desempenhar a maternidade, já que a própria concepção de infância e cuidados para com as crianças era completamente distinta. A mulher passou a ser vista como fundamental não só para a gestação, mas também para o desenvolvimento dos filhos durante o século XVIII. Durante o século XIX, ocorrem os movimentos sociais das mulheres reivindicando seus direitos, sendo no século XX, reconhecida como conquista, tem-se o advento da pílula anticoncepcional a qual de acordo com Del Priore (2000), permitiu à mulher fazer sexo não mais por uma questão moral, e sim por bem-estar e por prazer.

Socialmente, ainda se espera a escolha pela maternidade em detrimento da estabilidade financeira e do foco na carreira. Diante disso, muitas mulheres optam pela maternidade, não como um processo de seu desejo para serem mães, mas por uma dificuldade de questionar essa imposição social. A maternidade impõe uma série de cuidados para com a criança, numa relação de grande dependência do filho para com sua mãe (Moraes, 2010).

A mulher que escolhe não querer viver a maternidade é de certa forma discriminada pela sociedade, uma vez que não está dentro dos padrões tradicionais, podendo ser interpretada como patologia, egoísmo e falta com o dever de reprodução. Esse discurso ganha cada vez mais evidência, sendo alvo de indagações em diferentes perspectivas (Rios & Gomes, 2009).

De acordo com Mansur (2003), as mulheres sem filhos são frequentemente estigmatizadas, e a manutenção dos preconceitos geralmente provoca sentimentos de exclusão e anormalidade, já que a maternidade ainda é vista como papel que completa a mulher, permitindo à ela seu lugar no âmbito sociocultural. De acordo com Rios e Gomes (2009), a opção por não ter filhos suscita muitas reflexões, uma vez que produz

discriminação social e sentimentos de sofrimento frente à pressão, por vezes persecutória, com relação à maternidade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) apontam que o número de filhos por casal tem diminuído no Brasil. A taxa de fecundidade total no Brasil em 2010 era de 2,39 filhos por mulher, passando para 1,77 em 2013, o que representa uma queda de 26% no número de filhos (<http://www.ibge.gov.br>). A proporção de casais sem filhos também aumentou, passando de 14,6% em 2004, para 19,4% em 2014, representando um crescimento de 33%. O Rio Grande do Sul tem a menor taxa de natalidade do Brasil (IBGE, 2011, <http://www.ibge.gov.br>).

Educar uma criança requer tempo, responsabilidades e outros conflitos que poderão existir, os quais muitas mulheres não estão dispostas a viver. Em muitos casos, com o nascimento de um bebê, podem ressurgir sentimentos mal elaborados, que a mãe pensava terem desaparecido com o tempo. Ou ainda se dá conta de que um pequeno ser também pode encantar, mas também poderá irritá-la (Zalcborg, 2017).

Atualmente, as mulheres têm acesso a uma infinidade de possibilidades no campo pessoal e profissional, adquirindo o direito de escolha sobre si mesmas e de seus corpos. Por isso, a relação com a maternidade também mudou, bem como a variedade das formas de viver em família, que devem ser levadas em conta, visto as grandes mudanças advindas da contemporaneidade que levam a questionar o lugar dessa criança no exercício da função materna (Marcos, 2017).

Os estudos quanto à opção pela não maternidade ainda são controversos e denotam um processo em desenvolvimento. Deste modo, o tema apresenta-se relevante e com amplo campo a ser investigado, uma vez que a mulher está alcançando novos papéis na sociedade, o que vem produzindo mudanças no desdobramento em suas vidas na contemporaneidade (Mansur, 2003). O interesse em compreender este tema surgiu a partir do estudo de algumas disciplinas como Psicologia Social, que aborda como as pessoas pensam, influenciam e se relacionam umas com as outras em sociedade. Já a disciplina de Psicologia da Personalidade foi muito importante, pois possibilitou o estudo das particularidades humanas que influenciam o comportamento. Ainda, os estágios curriculares permitem uma ampliação do conhecimento, uma vez que através da prática, é possível estar em contato com diferentes demandas e áreas de atuação que permitem conhecer novas histórias, uma delas se evidenciou motivando essa pesquisa sobre a escolha pela não maternidade.

É diante desse cenário sociocultural em que se vive que o tema ganha contornos de maior interesse, uma vez que a escolha por não ser mãe produz repercussões na sociedade contemporânea e pode influenciar em sua escolha de viver ou não à maternidade. Portanto,

este estudo apresenta como problema de pesquisa: Quais as possíveis repercussões do desejo de mulher vivenciar a não maternidade, frente à imposição sócio histórica?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar possíveis repercussões do desejo de mulher vivenciar a não maternidade, frente à imposição sócio histórica.

Objetivos Específicos

- Contextualizar, brevemente, a evolução histórica do papel da mulher na sociedade;
- Caracterizar a maternidade em relação às funções e atribuições;
- Apresentar aspectos fundamentais acerca do desejo e da maternidade, segundo a psicanálise.

REVISÃO DA LITERATURA

Socialmente, a maternidade ainda é esperada como primeira escolha da mulher. Nesse cenário, muitas escolhem viver a maternidade, mesmo sem desejar, talvez pela impossibilidade de questionar essa imposição social (Moraes, 2010). O estudo que segue, busca contextualizar de forma breve a evolução histórica do papel da mulher na sociedade e à maternidade e traz também aspectos fundamentais acerca do desejo e da maternidade segundo a psicanálise.

Breve contextualização da evolução histórica do papel da mulher na sociedade e à maternidade

Historicamente, pode-se observar um grande avanço social do papel feminino. Segundo Birman (1999), primeiro havia uma mulher que era definida pelos princípios da Igreja, momento que surge a dicotomia da santa (mãe) ou da bruxa. O Cristianismo “identificou a figura da mulher com a experiência do pecado, baseando-se para isso no mito da sedução de Adão por Eva.” (Birman, 1999, p. 62). O que valorizava e redimia a mulher de seus pecados era a maternidade. Com a burguesia, esse discurso se desloca e o papel da mulher é atualizado, as de baixa renda podiam vender suas forças de trabalho, enquanto as de classes mais altas deveriam zelar pela imagem da família (Macedo, 1992).

Segundo Badinter (1985), havia grande diferença entre filha mulher e filho homem. Toda filha custaria ao seu pai um dote, e quando essa não pudesse casar por falta de dinheiro, seria necessário colocá-la em um convento, continuar com ela como criada ou empregá-la em uma casa estranha. Filha mulher não era considerada um bom negócio, já o filho homem teria seus privilégios, ainda mais se fosse o primeiro filho, sendo esse objeto de uma solicitude exemplar. Em relação ao mais novo, não haveriam preocupações, seu destino era se alistar no exército ou servir ao irmão mais velho ou ao vizinho.

Com a proximidade do período de guerra, movida por pressões e carência de mão de obra, as mulheres de classe mais baixa são inseridas no mercado de trabalho. Além da função de enfermeiras, as mulheres ocupavam cargos nas indústrias de confecção, onde produziam uniformes para os soldados, paraquedas e outros artigos têxteis. Por exemplo, na Inglaterra, Alemanha e França, muitas foram inseridas nos meios rurais, uma vez que não poderiam parar de produzir durante a guerra. Em troca de seu trabalho, recebiam refeições ou uma quantia mínima de dinheiro (Louro, 2000).

Outro importante acontecimento sobre a mulher ocorre com o Iluminismo, período no qual surge a proposta de “igualdade para todos”, porém a categoria “todos” não incluía a

mulher, que era considerada como um homem imperfeito, possuidora de uma razão inferior à masculina (Birman, 1999).

Até o século XVII, só se reconhecia um modelo de sexo, o masculino. A diferença entre o sexo do homem e da mulher foi construída a partir do século XVIII. Com o entendimento dessa diferença entre os sexos, à mulher é destinado o espaço privado, e decorrente a maternidade, e ao homem o espaço público. Desse modo, a maternidade era, praticamente obrigatória para a mulher (Soihet, 2000).

Não há como falar de maternidade sem se falar em gravidez, e estas traduzem realidades diferentes. Trata-se de gravidez o período de cerca de quarenta semanas desde o momento da concepção do feto até o parto, fase caracterizada por mudanças no corpo, acompanhada de diferentes vivências psicológicas. Maternidade é uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica, que envolve cuidados e afetos (Correia & Leal, 1989).

Segundo Correia e Leal (1989), a vivência, tanto da gravidez quanto da maternidade, depende das características próprias de cada mulher e também do seu contexto sócio histórico. A concepção e gravidez são percebidas de diferentes formas no mundo, para alguns ela é festejada, como prova de fertilidade, em outras nem tanto, mas em todas é importante que a criança seja aceita por um pai, seja esse biológico ou não.

O tratamento dado à mulher grávida varia em cada sociedade. Nas africanas, por exemplo, uma solteira grávida é tratada com aspereza. Outras estabelecem obrigatoriedade de casamento quando a mulher engravidar. Em muitas sociedades, a gravidez é um ritual e tem uma relação especial com toda sociedade (Kitzinger, 1978).

Entre os romanos, guirlandas ou folhas de louro eram colocadas nas portas da casa das mulheres grávidas, evitando visitas inoportunas, vedadas até aos oficiais de justiça e credores. Na Grécia antiga, a casa de mulheres grávidas era considerada asilo inviolável, onde até criminosos se escondiam. Para os Índios Guayaku do Paraguai, à mulher grávida era atribuído o conhecimento de numerosos segredos, de prever o futuro ou morte de parentes (Barbaut, 1990).

Kitzinger (1978) apresenta, em seus estudos, que em diferentes civilizações a aproximação emocional da grávida com sua mãe é comum, como se a gravidez unisse gerações. A mulher grávida revive uma experiência universal, comum à maioria das mulheres. A mãe revive emoções através das recordações de sua gravidez e o parto.

A partir da gestação, é definida a identidade da mulher que agora passa a ser mãe. O parto é vivenciado de diferentes maneiras e costumes, muitas seguem doutrinas “mágicas” como, por exemplo, beber dente de cão pulverizado e misturado com vinho, acalmam as dores do parto e o feto é expelido com maior facilidade (Kitzinger, 1978).

Para Correia e Leal (1989), o parto é considerado fisiológico, mas por vezes confuso. Existem influências de cultura, tanto da sociedade primitiva quanto nas modernas. Desde a antiguidade, considera-se que a mulher sofre, como castigo, as inevitáveis dores no parto, sofre com dor e sofre com medo da morte. Em Esparta, a mulher que morria durante o parto tinha as mesmas honras que o homem que morria em batalhas defendendo a pátria (Barbaut, 1990). Ainda, segundo o autor, até o séc. XVII, a parteira e a mãe ajudavam a tranquilizar a mulher em trabalho de parto, com talismãs, orações e receitas mágicas, como forma de amenizar a dor. A profissão de parteira surgiu, então, desde tal época, sendo exigido a ela, conduta no plano dos costumes. Só no séc. XVII surge o médico na assistência ao parto, e a cesariana, sendo permitido, a partir de então, a presença do homem, que anteriormente levava a mulher a considerar-se indecente e desprezível.

Segundo Badinter (1985), até o séc. XVII existiam muitas críticas sobre a amamentação. Haveria a recusa da mãe em amamentar seu filho, para preservar seu corpo e sua estética, e por isso, contratavam mercenárias, a qual dependendo dos recursos financeiros da família de origem poderiam convidá-la a residir em suas casas, ou mandar a criança até elas. Muitas mulheres menos favorecidas, incapazes de pagar uma ama de leite, precisavam abandonar seus bebês para que pudessem amamentar as crianças da cidade, e assim garantir um pouco de seu sustento. Filhos dos menos favorecidos eram entregues a orfanatos, que não podiam garantir sobrevivência do bebê. Ainda, segundo a autora, muitas crianças morriam e os pais só recebiam a notícia muito tempo depois, pois a distância das amas de leite, não permitiam que pais acompanhassem a saúde de seus filhos (Badinter, 1985).

De acordo com Venâncio (2002), no século XVII, a população colonizadora se incomodava com o crescimento no número de crianças abandonadas. No séc. XVIII e XIX, foram criadas, pelos portugueses, instituições para acolhimento desses abandonados, como a Santa Casa de Misericórdia no Brasil, e a partir disso, lançadas medidas de incentivo à adoção.

Mesmo com a fertilidade sendo valorizada, muitos bebês eram sufocados ou deixados cair de cabeça para baixo, sendo o infanticídio preferido ao aborto, utilizado para limitar o número de filhos. Era, então, preferível preservar a vida da mulher, posta em perigo com o aborto. Somente na Renascença que se dá a proibição do infanticídio (Kitzinger, 1978).

Badinter (1985) afirma:

Assim, seremos obrigados a inverter a proposição corrente: não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas

é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número. (p.87)

A partir do séc. XVIII inicia a construção de uma nova imagem de mãe, considerando também a criança ser de valor e atenção materna. A partir disso, a mãe começa a amamentar, valorizando os laços afetivos, dando assim um novo sentido à maternidade, estendida a vivência da família muito além dos nove meses de gravidez (Correia, 1998).

Segundo Rago (2000), o período mais marcante na história das mulheres é o movimento feminista, que foi o marco de muitas mudanças de pensamentos. O feminismo que ocorreu no século XIX, primeiramente na Inglaterra, e teve a reivindicação do direito ao voto como primeira onda, à partir disso, começam a surgir os estudos sobre o papel da mulher, que denunciavam sua invisibilidade social. Os posicionamentos foram marcados pelo caráter essencialmente político, enquanto algumas militantes exigiam a igualdade entre homens e mulheres, outras requeriam a ocupação do espaço que até então pertencia exclusivamente ao público masculino (Louro, 2000).

O movimento do direito ao voto foi liderado por Bertha Lutz, bióloga e importante cientista, que estudou no exterior e retornou ao Brasil em 1910. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1927 reivindicou o direito ao voto junto ao Senado. Esse direito foi conquistado em 1932, quando decretado o Novo Código Eleitoral Brasileiro (Pinto, 2003).

Segundo Louro (2000), esse movimento feminista enfatiza o conceito de gênero. Pouco a pouco, as discussões sobre gênero se estendem aos homens, sendo pretendida a compreensão deste como constituinte da identidade do sujeito.

Na década de 1960, enquanto os Estados Unidos entravam com todo seu império na Guerra do Vietnã, surgia o movimento *hippie* na Califórnia, que propunha uma nova forma de vida, contrariando os costumes norte-americanos e promovem seu famoso lema: “paz e amor”. Ainda, nesta mesma época, é lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, depois na Alemanha, se espalhando pelo mundo nos anos seguintes. No Brasil, surge em 1962, sendo consumida em maior parte por mulheres de classe média, já que as menos favorecidas não poderiam pagar e dependiam da distribuição gratuita (Pinto, 2010).

Segundo Abramo (2000), houve um aumento da participação feminina no mercado de trabalho entre os anos de 1970 a 1990. O nível de instrução das mulheres passa a ser superior ao dos homens no mercado de trabalho, mas a discriminação e diferença salarial persistem, porém, em menor escala. O trabalho feminino é visto nas ocupações mais precárias, pouco valorizadas socialmente.

Durante os anos 90, com o aumento das despesas com saúde e processos educacionais dos filhos, e ainda o acelerado empobrecimento, fizeram com que as mulheres de classe média também deixassem o ambiente doméstico em busca de empregos fora de casa. Além de favorecer o orçamento familiar, contribuiu para a mudança da imagem da figura feminina, e por essa razão, surgem algumas transformações no contexto familiar, e no mercado de trabalho (Almeida, 2007).

Alguns acontecimentos marcaram o público feminino, como em 1984 onde o Ministério da Saúde lançou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o qual propunha atender a saúde reprodutiva da mulher, não somente durante a gravidez e puerpério, mas em todo seu ciclo vital, porém devido a dificuldades financeiras, políticas e ocupacionais, não houve implementação em todo território nacional (Ministério da Saúde, 2013). O PAISM rompeu com a ideia do exagerado intervencionismo sobre o corpo da mulher, dando a elas autonomia, condizentes aos ideais feministas, que defendiam o lema “nosso corpo nos pertence” (Ávila & Corrêa, 1999).

Outro marco importante foi a Constituição Federal de 1988, Art. 226, § 7º, que trata do planejamento familiar como livre escolha do casal, competindo ao Estado assegurar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, sendo proibida qualquer repressão por parte de instituições oficiais ou privadas (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). A Lei nº 9.263 de 1996 a qual regulamenta o § 7º do Art. 226 da Constituição Federal no Art. 9º, estabelece que serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção que não coloque em risco à saúde das pessoas com garantia de liberdade de opção (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9263.htm).

Apesar dos auxílios e apoio do governo, as mulheres ainda precisam recorrer a outras tecnologias reprodutivas para o controle da natalidade, pois os recursos são escassos. As tecnologias de contracepção não são acessíveis a muitas mulheres de classe mais baixa, pois os preços são altos, como é o caso do Dispositivo Intrauterino (DIU) e o diafragma. Além disso, era comum que muitas fizessem o uso do método anticoncepcional sem acompanhamento médico, como é o caso da pílula, colocando, assim, suas vidas em risco, devido aos efeitos colaterais ou uso errado (Barroso, 1987).

Outro método bastante utilizado, segundo Barroso (1987), era a esterilização e o aborto, sendo o primeiro um método irreversível e realizado de forma semiclandestina, podendo também gerar complicações na saúde da mulher, é considerado criminoso, podendo acarretar sequelas graves e até a morte. É necessário que se tenha atenção aos métodos

contraceptivos, especialmente a esterilização, pois além de poder causar arrependimento, pode causar grandes danos à mulher (Scavone, 2002).

Segundo Badinter (2011), o destino das mulheres não mais se resume em um único caminho, a maternidade, surgem outras maneiras desejáveis para elas. O avanço do papel feminino, na busca de seu espaço na sociedade, contribuiu para essa mudança. A sociedade e a cultura determinavam que toda mulher teria de compartilhar o desejo da maternidade, sendo essa uma falha, pois o amor materno não é inato e pode ser, ou não adquirido ao longo da vida. Já para Bruns e Almeida (2010), as últimas décadas foram de muitas mudanças para as mulheres, elas recriaram os antigos valores morais e sexuais, na tentativa de mudar as repressões de muitos séculos. Mas após tantas conquistas, ainda identifica-se mulheres confusas em seus papéis na sociedade, uma vez que “os valores antigos entram em conflito com os novos.”(p.16), como é o caso da maternidade.

Campos (2015) considera a maternidade como resultado de uma cultura, que se inscreve numa contínua evolução. Mas as mulheres não devem ser agrupadas como se nascessem com predisposição à criação, pois o desejo por ter ou não filhos, vem se ajustando de diferentes maneiras na sociedade (Albertuni, 2015). A mudança de pensamento relacionada à maternidade teve duas repercussões: por um lado, propiciou à mulher viver a maternidade, realizando-se de forma útil e gratificante. Por outro lado, causou certo mal-estar, pois sentiam-se obrigadas a serem mães, por uma pressão ideológica, sem que esse fosse o real desejo (Correia, 1998).

Durante o século XIX, a obsessão em adestrar o corpo feminino para a procriação e o casamento era intensa. Qualquer outro desejo ou comportamento sexual era considerado produto de uma degeneração psíquica, considerada patológica. Neste contexto, a imagem da histórica ganha contornos enquanto figura simbólica de depravação, denunciando oposição às regras nas quais estava inscrita (Nunes, 2011).

Foi com essas mulheres históricas que Freud (em Nunes, 2011) se deparou em seu consultório. Mulheres que apresentavam dificuldades em se ajustar ao ideal feminino, diante da opressão pelo seu corpo, pela sua sexualidade e sua vida em geral, sendo que elas descobriram, nos sintomas, uma forma de demonstrar seu desagrado e seu protesto. Tratamentos com duchas frias e demais disciplinantes não foram capazes de “esfriar os ânimos” dessas mulheres, que chegaram até as mãos de Freud, sendo que através da escuta das históricas refletiu sobre a feminilidade. Ao longo de seu percurso, pensou e refletiu sobre o lugar feminino e, apesar de declarar-se inseguro em relação às suas teorias sobre isso, Freud (em Nunes, 2011) colocou em questão os estudos que compreendiam o desejo feminino, a maternidade e a vida doméstica.

Aspectos fundamentais acerca do desejo e da maternidade, segundo a psicanálise

O despertar da psicanálise surge a partir da escuta de Freud a suas pacientes histéricas. Seus estudos modificaram a visão médica do século XIX sob uma histeria hegemônica. A partir dele, a histeria passou a ser compreendida como efeito de um fantasma sexual. Freud subjetivou o desejo sexual e constatou que o adoecimento da histérica surge devido a uma repressão desse desejo. Para ele, a histérica era uma vítima da sociedade, que deveria ter seus sintomas compreendidos e não reprimidos (Freud, 1908/1977).

Freud (1925/1996) relata que as mulheres possuíam inveja do pênis e se sentiam inferiores em relação ao sexo masculino por não possuí-lo. Considerava que existiam três destinos para a experiência de castração na mulher: a inibição da sexualidade, que levaria à neurose; uma fixação em uma posição viril, que negaria a feminilidade; e a maternidade, que confiava ser a única posição desejável para a mulher, e, portanto desenvolviam o sintoma de desejarem filhos para preencher esse vazio. Essa teoria é afirmada apenas com a ideia de uma feminilidade pertencente à estruturação histérica. Porém, Freud ao dar lugar à sexualidade no sintoma histérico, se deparou com outra questão, essas mulheres estavam insatisfeitas com o papel e lugar na sociedade que haviam determinado a elas.

Não haveria lugar para o erotismo feminino que não incluísse o desejo de ter filhos. Porém, mais tarde, Freud (1931/1996) afirma que a mulher não neurótica teria como projeto construir uma relação objetual com um homem querendo ser o seu falo. A maternidade passa a ser uma das vias de erotismo, e se dá a passagem do amor narcisista para o amor objetual. Diante da concepção iluminista, principalmente no que diz respeito à diferença entre os sexos e à desigualdade entre homens e mulheres, impediram que Freud percebesse em seus estudos, o protesto histérico também como uma contestação de soberania para desejar (Nunes, 2011). Segundo Bleichmar (1988), isso pode ser compreendido como lugar de um “feminismo espontâneo” nas histéricas, que protestavam reivindicando liberdade de ser mulher sem restringir-se a um único modelo de feminilidade: a maternidade.

A ideia de associação de maternidade e vida sexual feminina se manteve por décadas, nos padrões femininos de uma cultura conservadora, nos quais a vida sexual conjugal era irrelevante a partir do momento em que a mulher adquirisse o papel de mãe, e sendo assim, não haveria motivos da mulher manter a vida sexual, sem o objetivo de ter filhos (Fidelis & Mosmann, 2013).

Não existe uma definição a priori que compreenda o universo feminino, e nem uma explicação capaz de resolver o enigma da feminilidade, cabe a cada uma elaborar formas de lidar com a falta, desejos e possibilidades (Zalberg, 2017). No final do seu percurso, Freud

colocou em destaque a capacidade desejante das mulheres, capacidade a qual era considerada, até então, como negada pelo ideal materno ou denominada desviante a esse mesmo ideal. Assim, essa capacidade era condição de novas formas de subjetivação indo para além do restrito ideal materno (Birman, 1999).

Freud (1932/1996) afirma que “se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e mais coerentes.” (p. 134).

A gravidez pode representar um momento difícil para a mulher. A sociedade impõe que elas sejam mães, prescrevendo como e quando isso deverá acontecer, porém não se trata de um processo natural e relembra todo um passado mais ou menos ultrapassado. Antes mesmo que a mãe conheça seu filho, representante do seu desejo, já se torna um representante psíquico imaginado ou investido por essa mãe, idealização essa que poderá vir a ser um possível luto com o nascimento do bebê (Aulagnier, 1999).

O desejo é uma movimentação pulsional em busca de satisfação, de prazer, no qual o sujeito sente-se completo. Somente o desejo é capaz de colocar o aparelho psíquico em movimento. O desejo se apresenta como desprazer e busca o prazer, elaborando-o na tentativa de uma experiência que finalize um estímulo interno excessivo (Freud, 1932/1996).

A mulher identificaria, no bebê, um objeto que poderia mobilizar nela a sua própria existência, mas não um objeto que retire por completo seu vazio. A maternidade, além de responder à questão fálica em uma mulher, reportará ao campo do ilimitado, ao campo de sua falta-a-ser (Couto & Mattos, 2015).

O bebê é inscrito como significante do desejo quando é tomado como atributo fálico, mas isso não irá impedir o apetite fálico da mãe como mulher, seu desejo continuará se reinscrevendo durante toda sua vida. O desejo não cessa, ele se movimenta em busca de outros objetos e a maternidade passa a ser uma possibilidade de investimento e não um destino natural (Couto & Mattos, 2015).

O desejo é quem sustenta e move a vida do sujeito. Esse movimento para a vida é uma potencialidade que possibilita o sujeito a querer alguma coisa, mas não de imediato um querer algo, o desejo é uma condição que viabiliza para o querer, e só se torna um querer específico, dentro da história emocional de cada sujeito, vivenciada em um determinado contexto histórico e cultural (Nunes, 2011). A transformação do desejo em um querer emerge a partir de um trabalho de elaboração psíquica em diferentes registros do psiquismo, conscientes e inconscientes. Essa depende das vivências de prazer e de desprazer já experienciadas pelo indivíduo e a forma com que essas foram compreendidas pelo próprio

sujeito e pelas pessoas que com ele convivem, bem como as condições socioculturais em que essas vivências se apresentam (Nunes, 2011).

Por muitos anos, as mulheres não encontram outra saída a não ser a maternidade. Muitas mulheres, até mesmo em tempos recentes, ainda não se convenceram de que ter filhos pode ser uma escolha, se assim desejarem. Permitem que o desejo da sociedade, companheiro ou companheira prevaleçam sobre os seus, e em muitos casos se arrependem, pois não puderam dedicar-se à realização de verdadeiros desejos (Zalberg, 2017). Neste sentido, Mansur (2003) considera um grande desafio para as mulheres, que diante da escolha por não ter filhos, passam por certa pressão, já que a sociedade de certa forma, não aceita a escolha da mulher pela não maternidade.

Em muitas famílias, a maternidade é vista como condição feminina, o que pode ser percebido, por exemplo, nas brincadeiras infantis, em que as meninas são ensinadas a brincar de casinha, boneca, cozinha, entre outras atividades que possuem relação com atribuições no qual são esperadas que desempenhem, tal como ser mãe (Saldanha, Von Muhlen & Strey, 2012). Viver a maternidade não pode ser uma incumbência para que o gênero feminino exista. A identidade feminina é constituída através da sexualidade, vida profissional, amor e a escolha de ser ou não mãe (Lima, 2009).

A evolução da ciência contribuiu para que a mulher despertasse seus demais anseios. Na atualidade, ela tem a possibilidade de escolher seu parceiro, e até mesmo gerar um bebê proveniente de uma inseminação artificial ou fertilização *in vitro*. A pílula anticoncepcional permitiu a decisão de gestar ou não, sendo possível, assim, para a mulher sustentar seu desejo de ter ou não filhos, eleger o melhor momento de exercer os cuidados maternos, ou ainda, decidir-se por não exercer a maternidade (Bessa, 2015; Campos, 2015).

A decisão de ter filhos, enquanto casal, pode ser influenciada por diversas variáveis, entre elas, a continuidade da família, superação dos próprios pais, preencher um vazio, receber cuidados no futuro, melhorar o casamento, pressão social, entre outros. Os casais constroem projetos de vida baseando-se nos interesses em comum e projetos de vida, tendo foco na aliança e sexualidade (Rios & Gomes, 2009). A responsabilidade feminina pelo filho deixa de ser papel central. Nas famílias em que o casal é homossexual, por exemplo, ambos dividirão o cuidado, pois neste caso a constituição familiar deixa de ser aquela tradicional, dando espaço a uma nova configuração, no qual o afeto torna-se fundamental (Amazonas & Braga, 2005).

Em 1977 os casais passam a ter o direito ao divórcio, podendo assim reconstruir novas famílias. O IBGE (2012) conceitua o divórcio como “a dissolução do casamento, ou seja, a separação do marido e da mulher, conferido às partes o direito de novo casamento

civil, religioso e/ou outras cláusulas de acordo com a legislação de cada país” (<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/divorcio.shtm>). A família vem se transformando, e por isso não é possível identificar um modelo único e ideal, pelo contrário, ela se apresenta em um composto de trajetórias individuais que expressam diferentes arranjos. Tais arranjos podem se construir em diferentes composições ou relações familiares. A composição pode ser em uniões de parceiros separados ou divorciados, pessoas do mesmo sexo, pessoas com filhos de outros casamentos, mães sozinhas com filhos, pais sozinhos com filhos, avós sozinhos com netos, casal sem filhos e uma infinidade de outras formas, colocando-se, assim, à frente de novas configurações familiares, diferentes do modelo de família nuclear (Kaloustian, 1998).

Nos últimos anos, a mulher vem planejando ter filhos mais tardiamente. De acordo com pesquisas, ela planeja o primeiro filho em torno dos 30 anos de idade. Primeiro a mulher busca concluir seus estudos, experimentar coisas novas, estabilizar-se no trabalho e na carreira profissional, e tais atributos acabam postergando o exercício da maternidade (Zalcborg, 2017).

A importância da maternidade não está sendo negada, ao contrário, ela concede um importante lugar para as mulheres. Mas apontar a maternidade como único meio para o destino feminino sugere um estreitamento no conjunto de opções, perante outras tantas possibilidades que ela pode vir a assumir (Kehl, 1998).

A mulher contemporânea tem possibilidades de escolha como, por exemplo, optar pela vida profissional, deixando a maternidade para mais tarde, ou ainda não viver a maternidade e, sim, sua carreira profissional e estabilidade financeira (Patias & Buaes, 2009). A mulher quer muitas e diferentes coisas, mas quando se dá a possibilidade de escuta, como fez Freud com as histéricas, compreende-se que acima de tudo querem liberdade e condições, sem que precisem pagar o preço alto pela culpa. A mulher pode amparar seu desejo para além das exigências da sociedade, distanciando-se do peso, que é, por muitas vezes, devastador de ideais (Nunes, 2011).

O surgimento de uma diversidade de modos de vida, para as mulheres, traz a possibilidade de viver outras ambições pessoais. Essa liberdade de escolha transforma a maneira de se perceber a maternidade, distanciando as representações sociais de que a mulher se limitaria aos cuidados maternos. Ao lado de mulheres que se sentem realizadas com a maternidade, outras se questionam sobre a possibilidade de não viver essa função (Badinter, 2011).

MÉTODO

Delineamento

Para o presente estudo foi utilizado como modelo de delineamento a pesquisa qualitativa, com caráter exploratório e abordagem interpretativa. O modelo qualitativo foi escolhido, pois permite maior compreensão dos dados, oportunizando, assim, que o pesquisador integre e analise os conceitos estudados (Martins, 2004). A aproximação do pesquisador de conceitos e procedimentos próprios da ciência promove o entendimento de uma realidade que nunca se esgota diante da complexidade do mundo contemporâneo, para nele viver e se inserir como cidadão e como profissional (Minayo, 2006).

A pesquisa qualitativa tem como objetivo envolver a descrição de certo fenômeno, assinalando sua ocorrência e a relação com outros fatores, a partir da fundamentação não em modelos empíricos, mas em modelos contextuais variados. Desta forma, o objetivo da pesquisa tem relação com o contexto no qual o objetivo pesquisado está inserido (Casarin & Casarin, 2012).

No que concerne à pesquisa exploratória, sua principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, proporcionando uma maior familiaridade com o problema a partir da formulação de hipóteses que poderão se relacionar com estudos posteriores, bem como possibilitar uma visão mais ampla e fidedigna sobre determinado fenômeno. Vasconcelos (2002) refere-se à pesquisa exploratória também como pesquisa ensaística, um tipo de pesquisa bastante comum em várias áreas do conhecimento como na sociologia, antropologia, filosofia, em ensaios históricos etc.

Já a abordagem interpretativa busca a reflexão fundamentada num determinado tema. Trata-se de um estudo o mais completo possível, expressando conhecimentos do autor do assunto que escolheu e sua capacidade de sistematização (Aceti & César, 2009). A interpretação deve ser impessoal para que não apresente características subjetivas o que pode comprometer a cientificidade do resultado final do trabalho. A execução de tal procedimento deve contemplar a ligação dos dados com conhecimentos baseados em pesquisas empíricas e em teorias comprovadas (Gil, 2008).

Fontes

Além do aporte bibliográfico, foi utilizado como fonte de análise da pesquisa, cenas do filme *O Sorriso de Monalisa*, de 2003. Filme *Americano*, dirigido por Mike Newelle, escrito por Lawrence Konner e Mark Rosenthal. O título é uma referência à *Mona Lisa*, famosa pintura de Leonardo da Vinci e tem como principal ambiente a *Wellesley College*,

escola feminina tradicionalista do início da década de 50, no período pós segunda guerra mundial, momento, nos Estados Unidos, de início de discussões dos papéis de gênero na sociedade.

As mulheres dessa época eram educadas para exercer o papel de mãe e esposa. A felicidade se completava no momento de subir no altar e se tornar uma senhora respeitável perante à sociedade. Ter filhos não era uma escolha, mas uma obrigação.

Katherine, protagonista do filme, é uma professora de artes que busca despertar nas mulheres questionamentos sobre as escolhas da vida. Sua turma de garotas de classe média alta já carregava certo conhecimento sobre a disciplina, e tinham todo o conteúdo decorado, sendo assim, a professora teve que buscar novos caminhos para transformar suas aulas, dando a elas uma visão de mundo além dos livros e das apostilas. Naturalmente, para os padrões da escola, este tipo de intervenção e aplicações de métodos educativos diferentes, não agradava a direção. A Instituição era tradicionalista, assim como a maioria do corpo docente, portanto, passaram a ver a professora Katherine como uma questionadora e comunista.

Os pais e a direção da escola apoiam as tradições e estimulam as alunas a seguir os padrões. A diretora, com o apoio dos pais, dita as questões que devem ser objeto de estudo em sala de aula. Este comportamento reflete inclusive na vida pessoal de alunos e professores.

A protagonista também vive marcantes conflitos individuais, e precisa escolher entre a vida amorosa e o trabalho. É julgada por não ser casada, e é vista como subversiva pelas alunas e professores, por questionar costumes e tradições da época. Dentro da visão tradicionalista, não havia meios da mulher conciliar seu lado profissional com o lado esposa e dona de casa, uma escolha representava em renunciar a outra. Ao fim do ano letivo, a direção da escola elaborou algumas condições a serem cumpridas pela educadora, caso pretendesse continuar na instituição. O propósito de Katharine era fazer a diferença, assim não aceitou as condições estabelecidas pela instituição e seguiu seu caminho, deixando nesta instituição, seus questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade.

Instrumentos

Como instrumento, utilizou-se uma tabela descritiva das cenas, as quais contribuíram para que fosse possível elencar as categorias. Segundo Gil (2008), para uma boa execução, os materiais de pesquisa devem estar mais do que disponíveis, sendo de suma importância que estes se encontrem organizados.

Procedimentos

Optou-se pela análise de um artefato cultural, intitulado O Sorriso de Monalisa (Rosenthal, Konner & Newell, 2003). Para tanto, foram selecionadas cenas significativas, que atenderam ao problema de pesquisa, cuja narrativa tem a ver com a temática que foi desenvolvida ao longo deste estudo.

Analisadas as cenas do artefato cultural e selecionadas as que poderiam servir como relevantes ao tema e aos objetivos desenhados, foram elas transcritas a fim de que pudessem ser levantadas, *a posteriori*, as categorias que iriam direcionar os resultados e a discussão.

Referencial de análise

A análise de conteúdo de Laville e Dione (1999) foi escolhida para tal parâmetro. A análise de conteúdo tem em seu fundamento norteador desmontar a estrutura e os elementos de determinados assuntos, com a finalidade de explanar características variadas, retirando à significação. A partir dessa forma de análise, o pesquisador poderá se organizar dentro da pesquisa, analisando e interpretando os dados coletados de acordo com suas hipóteses investigativas (Laville & Dione, 1999). As categorias foram definidas *a posteriori*, modelo aberto e a partir da estratégia de emparelhamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no que se expôs na Revisão de Literatura e no material disponibilizado pela apresentação do artefato cultural, foram elencadas nove cenas que se enquadram em três categorias apresentadas e desenvolvidas. Os discursos presentes por parte dos autores do filme *O Sorriso de Monalisa* (Rosenthal, Konner & Newell, 2003) se relacionam, de uma ou de outra forma, com os temas das categorias, sendo que foram selecionadas por auxiliar e responder, de alguma forma, o problema de pesquisa deste estudo. A Tabela 1 abaixo destaca as categorias e as respectivas cenas as quais elas se referem.

Posteriormente, segue-se apresentando a discussão de cada uma das categorias elencadas.

Tabela 1

Categorias

Categorias	Cenas
1. Contexto da época, costumes e tradições	1. Durante explicação da professora de etiqueta, a mesma faz com que as alunas imaginem situações diante de seus futuros maridos e convidados, mencionando: "Dentro de alguns anos sua única responsabilidade será cuidar do marido e seus filhos, todas vocês podem estar aqui por tirarem as melhores notas, mas à nota que mais importa será à que ele lhe dá e não eu". 4. Betty mostra sua nova lavanderia, a Joan que impressionada diz ser tudo o que ela sempre sonhou. Betty em resposta diz que ela também vai ter. Joan aproveita e conta um segredo e pede que Betty não conte a ninguém. Transmitindo felicidade, Joan conta ter sido admitida em faculdade de direito. Joana reage com tom de voz agressivo, dizendo a ela que não vai querer ser advogada, mas a amiga afirma que talvez queira. Joan diz que se inscreveu na faculdade com a ajuda de Katherine, mas Betty não admite a atitude da professora, alegando que a mesma não direito e que ela vai se casar, mas Betty pensa na possibilidade de fazer as duas coisas, casar e estudar direito. 6. Após diversas ausências em aulas e provas, Betty, ao voltar de sua lua de mel, é recebida com alegria pelas alunas que explicam

que isso é costume. A professora diz a aluna Betty que desde seu casamento faltou a seis aulas, um trabalho e uma avaliação, Betty em resposta diz que está em lua de mel e ainda tinha que cuidar da casa. Ainda, chama a professora de subversiva, pois estaria subvertendo seus costumes e tradições.

10. Após ter descoberto a traição de seu marido, Betty deseja se divorciar. Sua mãe não permite, alegando que sempre existe um período de adaptação, e que deverá tentar por um ano. Betty pede que a mãe olhe à imagem de “Monalisa” e questiona: “Ela está sorrindo, mas está feliz? A mãe ignora e diz à ele que o importante é não contar a ninguém. Betty, ainda sobre a imagem, diz: “ela parece feliz, e o que isso importa? Nem tudo é o que parece.”.

2. Necessidade de imposição para atender aos próprios desejos

2. Em conversa com Bill, professor da mesma escola em que Katharine dá aula, o professor questiona a Katharine se ela tem namorado, a mesma responde que sim, Bill diz que se fosse seu namorado não teria deixado ela ir, mas a professora em resposta diz que não pediria sua permissão. Bill: “Dizem que é progressista, ideias avançadas, você é?”, ela retruca dizendo: “existem muitos rótulos aqui, família certa, escola certa, arte certa, forma certa de pensar”. Com tom irônico Bill diz: “então poupa o esforço de pensar por você, Katharine Watson veio aqui para libertar todos nós? A por favor”.

9. Katherine procura Joan para fazê-la pensar sobre a faculdade já que teria encontrado lugares próximos a sua nova casa e poderia “colocar o jantar na mesa antes das 5:00” conforme o desejo de seu noivo. Joan relata ter se casado, em uma cerimônia simples, não quer abrir mão do seu desejo de formar uma família pela possibilidade de frequentar uma faculdade de direito. Katherine diz a Joan que ela não precisa escolher entre uma coisa ou outra e pode estudar e ter uma família. Nas palavras da personagem Joan: “Deve parecer horrível, você vai além da classe e nos diz para olhar além da imagem, mas você não olha, pra você uma dona de casa é uma mulher que vendeu a alma por uma elegante casa colonial, ela não

tem conteúdo, intelecto e nem interesses, foi você quem disse que eu poderia fazer o que eu quisesse, é isso que eu quero”.

5. Paul, namorado de anos de Katharine, que não há via desde o início do ano letivo, vem visitá-la e a pede em casamento. Katharine não expressa reação alguma em relação ao seu pedido. Em casa, após discutirem sobre o noivado, Katharine diz não estar dizendo não ao noivado e Paul em resposta diz: “Não está dizendo nada, você nunca diz”.

3. Auxílio na reflexão enquanto sujeitos desejantes 3. Joan questiona Katherine por ter tirado uma nota ruim em um trabalho, a professora dá uma segunda chance e pede que ela escreva sobre o que pensa e não sobre à ideia de outra pessoa. À aluna pede que Katherine olhe sua pasta, onde teria obtido sempre boas notas, e à professora repara que está descrito que ela pretende fazer direito, e questiona a aluna sobre o local que desejaria estudar, Joan diz não ter pensado nisso, e que se formaria e após iria se casar. Katherine instiga aluna Joan a pensar sobre a faculdade de direito, dizendo ser possível casar e estudar.

7. Alunas convidam Katharine para um encontro de garotas. No jogo de verdade ou consequência, indagam a professora sobre o por que ela não seria casada, e em resposta Katharine diz, “eu não sou casada por que, eu não sou”. Relata ainda sua antiga história de amor, onde seu noivo, primeiro namorado, primeira pessoa com que dançou, primeiro em muitas coisas, iam se casar em 1941, mas tudo mudou com o ataque a Pearl Harbor, em junho ele foi mandado para o exterior, e ele acabou casando-se com outra e Katharine foi fazer pós-graduação. Em seguida pedem se a professora não se arrepende de não ter casado, ela responde que acredita ainda se casar um dia, mas que não vai planejar sua vida inteira em torno disso.

8. Após ler o jornal escrito por Betty Katherine vai em frente a classe e mostrando slides com fotos da época diz as alunas: “Arte contemporânea, o que as alunas de amanhã verão quando nos analisarem? Um retrato da mulher de hoje, a perfeita imagem de uma graduada fazendo exatamente o que foi treinada para fazer. O que significa isso? O que significa? Eu desisto, vocês venceram. Eu não percebi que exigindo excelência eu estaria contrariando, o que diz ali no livro? Os papéis que nasceram para desempenhar”.

* as cenas estão numeradas conforme a ordem em que aparecem no filme

Categoria 1: Contexto da época, costumes e tradições

A categoria 1 faz referência aos costumes e tradições vividos pela sociedade no período reproduzido no filme (1954 - 1955), bem como a cultura de uma instituição de ensino que pregava pelo casamento e pela constituição de uma família, sendo esse um destino imprescindível para as mulheres.

As cenas 1, 4 e 6 retratam o casamento e a constituição de uma família como um significado primordial na vida das alunas. Na cena 1 em uma aula de etiqueta, as alunas da *Wellesley College* eram ensinadas a se comportarem enquanto esposas diante de seus maridos. A fala da professora durante a aula de etiqueta na cena 1 retrata bem esse argumento: "Dentro de alguns anos sua única responsabilidade será cuidar do marido e seus filhos, todas vocês podem estar aqui por tirarem as melhores notas, mas a nota que mais importa será a que ele lhe dá e não eu". Quem representava a família diante da sociedade era o homem, sendo papel da mulher cuidar dos filhos e do lar. Nesse sentido pode se pensar no que Badinter (1985) relata, de que havia grande diferença entre filha mulher e filho homem nesta época. Toda filha custaria ao seu pai um dote, e quando essa não pudesse casar por falta de dinheiro, seria necessário colocá-la em um convento, continuar com ela como criada ou empregá-la em uma casa estranha. Filha mulher não era considerada um bom negócio, já o filho homem teria seus privilégios, ainda mais se fosse o primeiro filho, sendo esse objeto de uma solicitude exemplar.

Somente nos anos 90, diante do aumento das despesas com saúde e processos educacionais dos filhos, e ainda o acelerado empobrecimento, fizeram com que as mulheres de classe média deixassem o ambiente doméstico em busca de empregos fora de casa. O

filme retrata a época de 1954-1955, onde as mulheres já buscam por conhecimento, não se limitando apenas à vida doméstica, e muitas, como Katherine, trabalhavam, o que além de favorecer o orçamento familiar, contribuiu para a mudança da imagem da figura feminina, e por essa razão, surgem algumas transformações no contexto familiar e no mercado de trabalho (Almeida, 2007). Porém, apesar da evolução em relação ao papel feminino e o mercado de trabalho, a maternidade era vista como obrigação. Neste sentido, Badinter (2011) afirma que a sociedade e suas implicações culturais determinavam que toda mulher teria de compartilhar o desejo da maternidade, sendo essa uma falha, pois o amor materno não é inato e pode ser, ou não, adquirido ao longo da vida. Já para Bruns e Almeida (2010), as últimas décadas foram de muitas mudanças para as mulheres, elas recriaram os antigos valores morais e sexuais, na tentativa de mudar as repressões de muitos séculos.

A professora de etiqueta ensinava as garotas da *Wellesley College* a se portar diante de seus maridos, e instituiu que todas teriam como seu destino a maternidade. Neste sentido, pode-se perceber o que Aulagnier (1999) enfatiza quando, à sociedade impor às mulheres que elas sejam mães, prescrevendo como e quando isso deverá acontecer, porém não se trata de um processo natural e relembra todo um passado mais ou menos ultrapassado. Albertuni (2015), também contribui, abordando que as mulheres não devem ser agrupadas como se nascessem com predisposição à criação, pois o desejo por ter, ou não, filhos vem se ajustando de diferentes maneiras na sociedade.

A cena 6 retrata um dos momentos em que Katherine é chamada de subversiva por uma aluna, Betty que após diversas ausências em aulas e provas, ao voltar de sua lua de mel é recebida com alegria pelas alunas que explicam que isso é costume. A professora diz à aluna Betty que desde seu casamento faltou a seis aulas, um trabalho e uma avaliação. Betty, em resposta, diz que está em lua de mel e, ainda, tinha que cuidar da casa, chamando a professora de subversiva, pois estaria subvertendo seus costumes e tradições. Pode-se supor que Katherine não estava com a intenção de subverter os costumes e tradições da época, mas instigando as jovens a pensarem sobre outras possibilidades de vivências, além do casamento e a maternidade. Neste sentido, pode-se pensar no que Badinter (1985) afirma, de que as mulheres, desde sempre, sofreram pressões sociais no sentido de terem filhos, sendo a maternidade uma de suas principais funções biológicas. Assim, o seu destino estava traçado para casar e procriar, entretanto, do ponto de vista social isso foi se modificando ao longo da história, mobilizando ambivalência dos seus sentimentos. De um lado está o desejo de buscar a sua realização, a partir de oportunidades da vida, e de outro a mítica em torno da maternidade.

Na cena 4, Betty ao mostrar sua lavanderia a Joan, a amiga elogia dizendo ser o que ela sempre sonhou. neste momento, Joan aproveita para contar um segredo a ela, de que teria sido aprovada na faculdade de direito, mas Betty não aceita essa possibilidade, dizendo que ela não vai querer ser advogada e que vai se casar em breve. Atitudes como as de Betty influenciam na decisão da amiga que pensa na possibilidade de casar, mas que também gostaria de cursar a faculdade de direito, como se não houvesse possibilidade de viver outras realizações além do casamento. Assim, pode-se pensar no que Zalcborg (2017) aponta, de que as mulheres permitem que o desejo da sociedade, companheiro ou companheira prevaleçam sobre os seus, e em muitos casos se arrependem, pois não puderam dedicar-se a realização de verdadeiros desejos.

A cena 10, ainda relacionada ao casamento, também representa o significado do divórcio naquela época. A aluna Betty comunica à sua mãe o desejo de se divorciar, mas a mãe não permite tal decisão, pois diz haver um período de adaptação, e que ela deveria esperar por mais um ano, solicitando que não falasse a ninguém sobre seu desejo. Apenas em 1977 os casais passam a ter o direito ao divórcio (IBGE, 2012, <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/divorcio.shtm>), podendo assim reconstruir novas famílias, anterior a isso, a separação de marido e mulher não era permitida.

Nesta mesma cena, fazendo referência à imagem do quadro de Monalisa, Betty diz para sua mãe: “ela parece feliz, e o que isso importa? Nem tudo é o que parece.”. Pode-se perceber ali uma mulher que, diante dos padrões da sociedade, deve exibir felicidade mesmo que não esteja feliz, mesmo que se manter casada não seja o seu desejo. Pode-se pensar no que Nunes (2011) menciona, definindo o desejo como aquele que sustenta e move a vida do sujeito, esse movimento para a vida é uma potencialidade que possibilita o sujeito a querer alguma coisa, mas não de imediato um querer algo. O desejo é uma condição que viabiliza para o querer, e só se torna um querer específico, dentro da história emocional de cada sujeito, vivenciada em um determinado contexto histórico e cultural. Para transformar o desejo em querer, é necessário um trabalho de elaboração psíquica em diferentes registros do psiquismo, conscientes e inconscientes, que dependem das vivências de prazer e de desprazer já experienciadas pelo indivíduo e a forma com que essas foram compreendidas pelo próprio sujeito e pelas pessoas que com ele convivem, bem como as condições socioculturais em que essas vivências se apresentam (Nunes, 2011). Segue-se apresentando a discussão da próxima categoria de análise.

Categoria 2: Necessidade de imposição para atender aos próprios desejos

A categoria 2 faz referência à necessidade de imposição para atender aos próprios desejos. A professora Katherine é julgada pelas alunas, professores e namorado, por estar neste lugar, solteira e sem filhos, atendendo ao seu desejo, sendo chamada em diversos momentos de subversiva por não aceitar os costumes e tradições.

Na cena 2 em conversa com Bill, professor da mesma escola em que Katharine lecionava, ela é questionada, pelo professor, se teria namorado. A mesma responde que sim, Bill diz que se fosse seu namorado não teria deixado ela ir, mas a professora, em resposta, diz que não pediria sua permissão. O espaço ocupado pelas mulheres era limitado aos cuidados do lar e dos filhos. Neste sentido, pode-se perceber um pensamento antigo e lembra do período histórico descrito por Soihet (2000), sendo que até o século XVII, só se reconhecia um modelo de sexo, o masculino. A diferença entre o sexo do homem e da mulher foi construída a partir do século XVIII. Com o entendimento da diferença entre os sexos, a mulher é destinada como espaço privado, e decorrente a maternidade, e o homem como espaço público. Desse modo a maternidade era obrigatória para a mulher. Para Rago (2000), o período mais importante para o público feminino foi o movimento feminista, que marcou por trazer muitas mudanças de pensamentos. O feminismo que ocorreu no século XIX, primeiramente a reivindicação do direito ao voto, a partir de então, começam a surgir os estudos sobre o papel da mulher, que denunciavam sua invisibilidade social. Os posicionamentos foram marcados pelo caráter essencialmente político, enquanto algumas militantes exigiam a igualdade entre homens e mulheres, outras requeriam a ocupação do espaço que até então pertencia exclusivamente ao público masculino (Louro, 2000).

Também na cena 2, quando o professor Bill e a professora Katharine conversam em um bar, Bill diz a Katherine: “Dizem que é progressista, ideias avançadas, você é?”, ela retruca dizendo: “existem muitos rótulos aqui, família certa, escola certa, arte certa, forma certa de pensar”. Com tom irônico Bill diz: “então poupa o esforço de pensar por você, Katharine Watson veio aqui para libertar todos nós?...há, por favor”. Neste sentido, pode-se pensar no que Nunes (2011) descreve, de que durante o século XIX, a obsessão em adestrar o corpo feminino para a procriação e o casamento era intensa. Qualquer outro desejo ou comportamento sexual era considerado produto de uma degeneração psíquica, considerada patológica e neste contexto, a imagem da histórica ganha contornos enquanto figura simbólica de depravação, denunciando oposição às regras nas quais estava inscrita (Nunes, 2011).

Nunes (2011) aponta que as mulheres históricas, no qual Freud se deparou em seu consultório, apresentavam dificuldades em se ajustar ao ideal feminino, diante da opressão

pelo seu corpo, pela sua sexualidade e sua vida em geral, e descobriram nos sintomas uma forma de demonstrar seu desagrado e seu protesto. Pode-se pensar que Katherine, por questionar as regras impostas pela sociedade da época, era criticada. Seu intuito de instigar as alunas e professores da *Wellesley College* a pensarem sobre suas escolhas e reais desejos, eram, em muitos casos, confundidos com a subversão de costumes e tradições, tornando-se assim figura de imoralidade.

A cena 9 retrata a conversa da professora com Joan para fazê-la pensar sobre a faculdade de direito uma vez que teria encontrado universidades próximas a sua nova casa e poderia “colocar o jantar na mesa antes das 5:00”, conforme o desejo de seu noivo. Joan relata ter se casado em uma cerimônia simples e não quer abrir mão do seu desejo de formar uma família pela possibilidade de frequentar uma faculdade de direito. Katherine diz à Joan que ela não precisa escolher entre uma coisa ou outra, podendo estudar e ter uma família. Em determinado momento do filme, Katherine relata às alunas (cena 7), sua antiga história de amor, na qual seu noivo, primeiro namorado, primeira pessoa com quem dançou, primeiro em muitas coisas, iam se casar em 1941, mas tudo mudou com o ataque a *Pearl Harbor*. Em junho ele foi mandado para o exterior, ele acabou casando-se com outra e Katherine foi fazer pós-graduação. Pode-se pensar, a partir dessas duas cenas, que a professora instiga as alunas a refletirem sobre seu próprio desejo, impondo que sigam dessa mesma maneira, reforçando, assim, a completude de suas escolhas.

Na mesma oportunidade Joan diz para Katherine: “Deve parecer horrível, você vai além da classe e nos diz para olhar além da imagem, mas você não olha, pra você uma dona de casa é uma mulher que vendeu a alma por uma elegante casa colonial, ela não tem conteúdo, intelecto e nem interesses, foi você quem disse que eu poderia fazer o que eu quisesse, é isso que eu quero”. Diante desse relato, pode-se pensar que Katherine estaria impondo seu próprio desejo, sobre o desejo dessa aluna, porque essa foi a opção da professora, quando deixa de lado seu namorado Paul e vai lecionar na *Wellesley College*. Katherine possui pensamentos e desejos opostos ao das alunas dessa escola, com ideais contemporâneos. Assim, pode-se fazer referência ao que Patias e Buaes (2012) consideram, de que a mulher contemporânea tem possibilidades de escolha, como por exemplo, optar pela vida profissional, deixando a maternidade para mais tarde, ou ainda não viver a maternidade, mas sua carreira profissional e estabilidade financeira.

Na cena 5, Paul, namorado de anos de Katherine, que não a via desde o início do ano letivo, vem visitá-la e a pede em casamento. Katherine não expressa reação alguma em relação ao seu pedido, porque não se sente apaixonada por ele. Em casa, após discutirem sobre o noivado, Katharine diz não estar dizendo não ao noivado e Paul em resposta diz:

“Não está dizendo nada, você nunca diz”. O silêncio de Katherine pode expressar a sua liberdade de escolha. Neste sentido, pode-se pensar que Nunes (2011) aponta que a mulher quer muitas e diferentes coisas, mas quando se dá a possibilidade de escuta, como fez Freud com as histéricas, compreende-se que acima de tudo querem liberdade e condições, sem que precisem pagar um preço alto pela culpa. A mulher pode amparar seu desejo para além das exigências da sociedade, distanciando-se do peso, que é, por muitas vezes, devastador de ideais. O despertar da psicanálise surge a partir da escuta de Freud a suas pacientes histéricas. Seus estudos modificaram a visão médica do século XIX sob uma histeria hegemônica. A partir dele, a histeria passou a ser compreendida como efeito de um fantasma sexual. Freud subjetivou o desejo sexual e constatou que o adoecimento da histérica surge devido a uma repressão desse desejo. Segue-se apresentando a discussão da última categoria preposta neste estudo.

Categoria 3: Auxílio na reflexão enquanto sujeitos desejantes

A categoria 3 retrata cenas em que Katherine auxilia as alunas da *Wellesley College* na reflexão enquanto sujeitos desejantes. Em suas aulas, instiga as alunas a refletirem sobre suas percepções, costumes e tradições, sugerindo a elas outras possibilidades além do casamento, a vida doméstica e os cuidados dos filhos.

Na cena 3 é retratado o momento em que Joan questiona Katherine por ter tirado uma nota ruim em um trabalho, a professora dá uma segunda chance e pede que ela escreva sobre o que pensa e não sobre a ideia de outra pessoa. A aluna pede que Katherine olhe sua pasta, onde teria obtido sempre boas notas. A professora repara que está descrito que ela pretende fazer direito, e questiona a aluna sobre o local que desejaria estudar. Joan diz não ter pensado nisso, que se formaria e após iria se casar. Katherine instiga a aluna Joan a pensar sobre a faculdade de direito, dizendo ser possível casar e estudar. Esse mesmo pensamento vai ao encontro do que é relatado na cena 7, momento em que as alunas convidam Katherine para um encontro de garotas e no jogo de verdade ou consequência indagam a professora sobre o porquê ela não seria casada, e em resposta Katherine diz “eu não sou casada por que, eu não sou”. Neste sentido, é possível se perceber o que Badinter (2011) afirma, de que o destino das mulheres não mais se resume em um único caminho, a maternidade, surgem outras maneiras desejáveis para elas. O avanço do papel feminino, na busca de seu espaço na sociedade, contribuiu para essa mudança. Para Bruns e Almeida (2010), apesar das mudanças já ocorridas em relação ao feminino, ainda se percebe uma mulher confusa em seus papéis.

A cena 8 ilustra o momento em que, após ler o jornal escrito por Betty, Katherine vai em frente a turma e, mostrando slides com fotos da época, diz às alunas: “Arte contemporânea, o que as alunas de amanhã verão quando nos analisarem? Um retrato da mulher de hoje, a perfeita imagem de uma graduada fazendo exatamente o que foi treinada para fazer. O que significa isso? O que significa? Eu desisto, vocês venceram. Eu não percebi que exigindo excelência eu estaria contrariando, o que diz ali no livro? [...] os papéis que nasceram para desempenhar”. Esta cena pode ser identificada como uma provocação às alunas a pensarem sobre seus reais desejos e não aos papéis que nasceram para desempenhar, e diante disso, pode-se pensar nos estudos de Freud em relação à feminilidade.

“Afim, o que querem as mulheres?” Freud (1932/1996), após 30 anos de estudo sobre a feminilidade, faz essa pergunta, relatando que as mulheres possuíam inveja do pênis e se sentiam inferiores em relação ao sexo masculino por não possuí-lo. Porém, quando Freud ao dar lugar a sexualidade no sintoma histérico, se deparou com outra questão, essas mulheres estavam insatisfeitas com o papel e lugar na sociedade que haviam determinado a elas, e estariam protestando como uma contestação de soberania para desejar (Nunes, 2011). Segundo Bleichmar (1988), isso pode ser compreendido como lugar de um “feminismo espontâneo” nas históricas, que protestavam reivindicando liberdade de ser mulher sem restringir-se a um único modelo de feminilidade: a maternidade. Pode-se pensar que Katherine também protestava pelo seu direito de escolha, instigando as alunas a refletirem sobre seus próprios desejos, apresentando a elas novas possibilidades que iam além do modelo de feminilidade instituído pela sociedade daquela época.

Por muitos anos a associação de maternidade e vida sexual se manteve, quando a mulher se tornava mãe, não haveriam mais motivos para manter a vida sexual (Fidelis & Mosmann, 2013). No final do seu percurso, Freud (em Birman, 1996) colocou em destaque a capacidade desejante das mulheres, capacidade a qual era considerada até então como negada pelo ideal materno ou denominada desviante a esse mesmo ideal. Assim, essa capacidade era condição de novas formas de subjetivação indo para além do restrito ideal materno.

Para Moraes (2010), ao falar em maternidade, pode-se pensar que é diante de uma pressão social, que muitas mulheres optam pela maternidade, não como um processo de seu desejo de serem mães, mas por uma dificuldade de questionar essa imposição social. Kehl (1998) relata que a importância da maternidade não está sendo negada, ao contrário, ela concede um importante lugar para as mulheres. Mas apontar a maternidade como único meio para o destino feminino sugere um estreitamento no conjunto de opções, perante outras tantas possibilidades que ela pode vir a assumir. Diante disso, é possível considerar que

Katherine estava questionando as alunas da *Wellesley College*, auxiliando na reflexão enquanto sujeitos desejantes, possibilitando a compreensão de que existiam outras possibilidades de se viver além das que eram impostas pela sociedade. Para Lima (2009), viver a maternidade não pode ser uma incumbência para que o gênero feminino exista. A identidade feminina é constituída através da sexualidade, vida profissional, amor e a escolha de ser ou não mãe.

Portanto, entende-se que a escolha por esse filme está relacionada a identificar que desde 1954-1955 a mulher fazia tentativas de se libertar quanto às suas escolhas. Entende-se que possivelmente até antes desse período, como abordado neste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo identificar possíveis repercussões do desejo de mulher vivenciar a não maternidade, frente à imposição sócio histórica, o estudo que aqui se apresentou, buscou contextualizar brevemente a evolução histórica do papel da mulher na sociedade, caracterizar a maternidade em relação às funções e atribuições e apresentar aspectos fundamentais acerca do desejo e da maternidade segundo a psicanálise. Assim sendo, destaca-se que a proposta que envolve o desencadear de reflexões acerca deste tema que trouxe pressupostos relevantes para um pensar crítico no âmbito social. Seu ponto principal se direciona para o individual, diante de mulheres que sofrem ao decidirem seguir seus próprios desejos e são julgadas pela sociedade.

Os recortes do filme utilizado para esse estudo refere a um sujeito que questiona os costumes e tradições da década de 50, sugerindo que as mulheres possam viver outras ambições além do casamento, lar e dos filhos. A protagonista instiga o pensar das jovens da época, mas diante de uma sociedade tradicionalista, é vista como subversiva e em muitos momentos julgada pelas suas escolhas e por atender aos seus próprios desejos.

Por muitos anos, o simples fato de ter nascido mulher, dava a ela a obrigação de viver a maternidade, como relatado no filme “o papel que nasceram para desempenhar”, incumbindo a mulher esse dever mesmo que esse não fosse seu real desejo. Com o passar dos anos, apesar da evolução relacionada ao feminino e o conceito de gênero, ainda se percebe a existência de uma sociedade que impõe seus preceitos sob as escolhas da mulher que se vê obrigada a exercer a maternidade, como se esse fosse seu único destino, como se não pudesse viver outras ambições.

Ao falar de maternidade não se fala de uma simples escolha, se trata de uma série de transformações no corpo da mulher, em sua rotina, em seu trabalho, entre outros, mudanças essas que nem todas as mulheres estão dispostas a viver. E não precisam viver se esse não for o seu desejo, mas diante de uma cultura patriarcal, no qual mulher é sujeito de submissão e o homem, de poder, tornar seu desejo uma escolha ainda é uma tarefa árdua para a mulher.

O estudo realizado teve como objetivo geral, identificar possíveis repercussões do desejo de mulher vivenciar a não maternidade, frente à imposição sócio histórica e foi de uma forma ou de outra representado nesse trabalho de conclusão de curso. Foi possível perceber as influências e mecanismos presentes no desejo feminino de não maternidade e as

implicações neste contexto envolvidas. Da mesma forma, possibilitou o entendimento de que a psicologia muito tem a contribuir nesse campo que envolve gênero e sexualidade, a fim de atuar nos aspectos atitudinais e comportamentais das pessoas, visando a promoção e qualidade de vida, considerando que cada sujeito tem uma história, e consecutivamente, o seu funcionamento se dará diversas formas, bem como seus desejos. Assim sendo, torna-se fundamental que se façam mais estudos no sentido de compreender e acolher a mulher que opta por não exercer a maternidade, entendendo que vivê-la é uma escolha e não obrigação.

REFERÊNCIAS

- Abramo, L., (2000). *A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação*. Dissertação de doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil. Acesso em 30 de Outubro, 2018 de http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/waleska_Rosangela_Danielle321.pdf
- Aceti, D. C. S & Cesar, L. P. D., (2009). Pensamento científico – abordagem da pesquisa no estudo interpretativo [Versão Eletrônica]. *Revista da educação*, 99-107. Acesso em 30 de Outubro, 2018 de <http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/educ/article/viewFile/1909/1813>
- Albertuni, P. S., (2015). *Mãe é mãe: discursos contemporâneos na blogosfera materna*. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. Acesso em 28 de Outubro, 2018 de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15994/13638>
- Almeida, L. S., (2007). Mãe, Cuidadora e Trabalhadora: As múltiplas identidades de mães que trabalham. *Revista do Departamento de Psicologia*, 19(2), 411-422. Acesso em 30 de Outubro, 2018 de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232007000200011>.
- Amazonas, M. C. L. A. & Braga, M. G. R., (2005). Família: maternidade e procriação assistida. *Psicologia em Estudo*. Acesso em 24 de Outubro, 2018 de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000100003>.
- Aulagnier, P., (1999). Nascimento de um corpo, origem de uma história [Versão Eletrônica]. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 9-45.
- Ávila M. B. & Corrêa S., (1999). O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: Revisitando percursos [Versão Eletrônica]. In: L. Galvão & J. Dias (Eds.), *Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil Dilemas e Desafios*. São Paulo: HUCITEC.
- Badinter, E., (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E., (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record.
- Barbaut, J.,(1990). *O nascimento através dos tempos e dos povos*. Lisboa: Terramar.

- Barroso, C., (1987). Direitos Reprodutivos: a realidade social e o debate político. *Caderno de Pesquisa*, 52-59. Acesso em 17 de Outubro, 2018 de <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1256/1260>.
- Bessa, G., (2015). Quando a maternidade não se sustenta nos semblantes [Versão Eletrônica]. *Curinga*, 40, 201-230.
- Birman, J., (1999). *Cartografias do feminino* [Versão Eletrônica]. São Paulo: Editora 34.
- Bleichmar, E. D., (1988). *O feminismo espontâneo da histeria*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bruns, M. T. A & Almeida, S., (2010). *Sexualidade: preconceito, tabus, mitos e curiosidades* (2ª ed.). Campinas, SP: Átomo.
- Campos, S., (2015). O que quer a mãe, hoje? [Versão Eletrônica]. *Curinga*, 40, 13-20.
- Casarin, H.C.S. & Casarin, S. J., (2012). *Pesquisa científica: da teoria à prática* [Versão Eletrônica]. Curitiba: Intersaberes.
- Corrêa, M. V., (1998). Novas Tecnologias Reprodutivas: Bem-vindas Reflexões Feministas [Versão Eletrônica]. *Revista Estudos Feministas*, 6(1) 1-13.
- Correia, M. J. & Leal, I., (1989). Primiparidade tardia: Estudo exploratório. *Revista Arquivos da Maternidade Dr. Alfredo da Costa*, 1, 52-55. Acesso em 30 de Outubro, 2018 de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v16n3/v16n3a02.pdf>.
- Couto, M. P. & Mattos, C. P., (2015). Quais os impasses para a criança se inscrever no outro hoje? [Versão Eletrônica]. *Curinga*, 40, 145-161.
- Del Priore, M., (2000). *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: SENAC.
- Kaloustian, M. S., (1998). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Fidelis, D. Q. & Mosmann, C. P., (2013). A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos [Versão Eletrônica]. *Aletheia*, 42(1), 122-135.
- Freud, S., (1977). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In S. Freud (Ed.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. IIX). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908)
- Freud, S., (1996). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In S. Freud (Ed.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. O. de A. Abreu, Trad., Vol. XIX, pp. 277-286). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S., (1996). Sexualidade feminina. In S. Freud (Ed.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. L. Meurer, Trad., Vol. XXII, pp.

- 113-134). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1931).
- Freud, S., (1996). Feminilidade. In S. Freud (Ed.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. L. Meurer, Trad., Vol. XXII, pp. 113-134). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932).
- Gil, A. C., (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Kehl, M. R., (1998). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kitzinger, S., (1978). *Mães. Um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Presença.
- Laville, C. & Dionne, J., (1999). A construção do saber: *Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Lima, J. B., (2009). *Maternidade e antimaternidade lúcida: a escolha é sua*. Rio de Janeiro: HAMA.
- Louro, G., (2000). *Gênero, Sexualidade e Educação*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Macedo, J. R., (1992). *A mulher na Idade Média*, (2ª ed.) [Versão Eletrônica]. São Paulo: Contexto.
- Mansur, L. H. B., (2003). Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural [Versão Eletrônica]. *Psicologia, ciência e profissão*, 23(4) 2-11.
- Marcos, C. M., (2017). O desejo de ter um filho e a mulher hoje. *Trivium – Estudos Interdisciplinares*, 9(2), 246-256. Acesso em 25 de Abril, 2019 de <https://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2017v2p.246>.
- Martins, H. H. T. de S., (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa [Versão Eletrônica]. *Educação e pesquisa*, 289-300.
- Minayo, M. C. S., (2006) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Ministério da Saúde, (2013). Saúde sexual e saúde reprodutiva. *Cadernos de Atenção Básica*, 1-302 1 Acesso em 18 de Outubro, 2018 de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf.
- Moraes, L. L., (2010). Maternidade: o sonho de toda mulher? *Anais do VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero*. Acesso em 30 de Setembro, 2018 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300011.
- Nunes, S. A., (2011). Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. *Psicologia Clínica*, 23(2), 101-115. Acesso em 7 de Abril, 2019 de <http://www.scielo.br/pdf/pc/v23n2/07v23n2.pdf>

- Patias, N. D. & Buaes, C. S., (2009). Não tem filhos? Por quê? *Disciplinarum Scientia*. Acesso em 30 de Setembro, 2018 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942012000200017.
- Pinto, C. R. J., (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23. Acesso em 30 de Outubro, 2018 de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>.
- Pinto, C. R. J., (2003). Uma história do feminismo no Brasil. *Fundação Perseu Abramo*. 1-2. Acesso em 30 de Outubro, 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>.
- Rago, M., (2000). Trabalho feminino e sexualidade. In: M. D. Priore (Org). *História das Mulheres no Brasil*, (3ª ed.; pp. 578-606). São Paulo: Contexto.
- Rios, M. G. & Gomes, I. C., (2009). Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos, *Estudos de Psicologia*, 215-225. Acesso em 30 de Setembro, 2018 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942013000300011.
- Rosenthal, M. & Konner, L. (Produtores) & Newell M. (Diretor). (2003). *O sorriso de Monalisa* [Filme]. Nova Iorque: Revolution Studios e Columbia Pictures.
- Saldanha, M., Von Muhlen, B. K., & Strey, M., (2012). O homem maternante: mudanças à vista? In M. N. Strey, A. Botton, E. Cadoná, & Y. A. Palma (Orgs.), *Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas* (pp. 147-168). Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Scavone, L., (2002) Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, 5(8). Acesso em 30 de Outubro, 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>.
- Soihet, R., (2000). A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, 15, 97-117. Acesso em 31 de Outubro, 2018 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782000000300007&lng=en&tlng=pt.
- Vasconcelos, E. M., (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Venâncio, R. P., (2002). A maternidade negada [Versão Eletrônica]. In: M.D. Priore (Ed.). *História dasmulheres no Brasil* (pp.189-223). São Paulo: Contexto.

Zalcborg, M., (2017). O que leva algumas mulheres a se arrependem de ter filhos? [Versão Eletrônica]. *Opção Lacaniana*, 8 (22), 1-5.